



**Ministério da Economia**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 10640.904681/2011-66  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **1201-005.984 – 1ª Seção de Julgamento / 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**  
**Sessão de** 20 de julho de 2023  
**Recorrente** SOCIEDADE INDEPENDENCIA IMOVEIS S/A  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

### **ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Período de apuração: 01/07/2006 a 30/09/2006

**NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO TÁCITA.**

O prazo para homologação da compensação declarada pelo sujeito passivo é de 5 anos, contado da data da entrega da declaração de compensação. Assim, se o prazo transcorrido entre a data da transmissão do PER/DCOMP e a data da ciência do despacho decisório for igual ou superior a cinco anos, ocorre a homologação tácita das compensações declaradas. No caso concreto, o prazo foi inferior ao prazo de 5 anos, não havendo de se falar em homologação tácita.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário. Este julgamento seguiu a sistemática dos recursos repetitivos, sendo-lhe aplicado o decidido no Acórdão nº 1201-005.983, de 20 de julho de 2023, prolatado no julgamento do processo 10640.904680/2011-11, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado.

(documento assinado digitalmente)

Neudson Cavalcante Albuquerque – Presidente Redator

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Efigênio de Freitas Junior, Jeferson Teodorovicz, Wilson Kazumi Nakayama, Fredy José Gomes de Albuquerque, Fábio de Tarsis Gama Cordeiro, Viviani Aparecida Bacchmi, Thais de Laurentiis Galkowicz e Neudson Cavalcante Albuquerque (Presidente).

### **Relatório**

O presente julgamento submete-se à sistemática dos recursos repetitivos prevista no art. 47, §§ 1º, 2º e 3º, Anexo II, do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015. Dessa forma, adota-se neste relatório substancialmente o relatado no acórdão paradigma.

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra Acórdão da DRJ que julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade oposta pelo contribuinte contra Despacho

Decisório que não homologou a compensação dos débitos tributários pretendida pelo mesmo, não homologando a compensação de débitos de IRPJ.

Segundo alega a recorrente, na Manifestação de Inconformidade, o valor pleiteado decorreria de saldo negativo de IRPJ, originário de IRRF, que teria gerado crédito em favor da impugnante por pagamento a maior.

Porém, segundo consta no Despacho Decisório verificou-se que a soma das parcelas de composição do crédito informada no PER/DCOMP não seria suficiente para comprovação da quitação dos tributos devidos e a apuração dos saldo negativo correspondente.

Logo, o Despacho Decisório não homologou a compensação pretendida, sob a justificativa de que as receitas correspondentes não teriam sido oferecidas à tributação.

Irresignado, o contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade, enfatizando a existência do crédito pleiteado de IRRF sobre operações realizadas, e acrescentando que sofreu a retenção do Imposto de Renda no período mencionado, constatando que não havia tributo a recolher no final do período, pois teria apurado saldo negativo de IRPJ.

Junta também a DIPJ do período examinado e a relação de rendimentos e imposto de renda retido na fonte.

Finalmente, o contribuinte conclui que teria utilizado o crédito para quitação de débitos informados no PER/DCOMP, e, portanto, reforça o acolhimento de sua manifestação.

Por outro lado, o voto condutor do Acórdão recorrido, por sua vez, assinalou que o reconhecimento do direito creditório está condicionado à liquidez e certeza do crédito tributário em favor do contribuinte, nos termos do art. 170 do CTN.

Sendo que a lide se refere tão somente à parcelas de retenção na fonte não confirmadas em Despacho Decisório, nos termos dos arts. 220, 231 e 943 do RIR/99, o voto condutor, após análise dos documentos apresentados, entendeu que, para o IRRF poder ser deduzido da base de cálculo do IRPJ ou da CSLL apurada no período, as receitas relacionadas devem compor a base de cálculo do imposto/contribuição, o que não teria ocorrido na situação em tela. Concluiu, assim, que não houve oferecimento à tributação das receitas informadas nas DIRFs. Portanto, não haveria liquidez e certeza da existência do direito creditório alegado pelo contribuinte apto à ensejar a homologação da compensação pretendida.

Portanto, por unanimidade, o Acórdão recorrido julgou improcedente o pleito do contribuinte.

Irresignado, o contribuinte apresentou Recurso Voluntário, onde alega principalmente a decadência do direito de a receita federal glosar informações da DIPJ (e, portanto, levando à extinção do crédito tributário em favor da Fazenda Nacional), pois a DIPJ teria sido transmitida em prazo superior ao de cinco anos, sem qualquer questionamento por parte da autoridade de origem no período. Assim, não tendo sido questionada no prazo de cinco anos para contestação dos valores declarados, nos termos do art. 150, par. 4, CTN, não poderia mais o fisco pretender glosar o crédito em questão em razão do pretenso não oferecimento dos rendimentos à tributação.

Por fim, não apresentou outros documentos comprobatórios junto ao Recurso Voluntário referentes ao crédito discutido.

É o Relatório.

Fl. 3 do Acórdão n.º 1201-005.984 - 1ª Sejul/2ª Câmara/1ª Turma Ordinária  
Processo n.º 10640.904681/2011-66

## Voto

Tratando-se de julgamento submetido à sistemática de recursos repetitivos na forma do Regimento Interno deste Conselho, reproduz-se o voto consignado no acórdão paradigma como razões de decidir:

O Recurso é tempestivo e apresentado por representante legal devidamente constituído. Preenchidos os requisitos de admissibilidade, dele tomo conhecimento.

Conforme já informado no relatório o acórdão recorrido, tratam os autos de declarações de compensação (PER/DCOMP 09002.96991.270809.1.7.02.8716, que continha o valor de R\$ 120.892,77 - retenções na fonte) transmitidas eletronicamente com base em créditos decorrentes de saldo negativo de IRPJ, que teria sido apurado no 4º trimestre de 2006 (01/10/2006 a 31/12/2006) - débitos de IRPJ – cód. 3426 e 5273.

Porém, a autoridade de origem verificou que as informações e documentos apresentados na declaração relacionadas à soma das parcelas de composição do crédito, não seriam suficientes para comprovar a quitação dos tributos devidos e a apuração do saldo negativo, não homologando as compensações declaradas (09/09/2011).

Mesmo após apresentação de manifestação de inconformidade, a autoridade julgadora de piso julgou improcedente a petição, nos seguintes termos:

No caso em análise, as consultas efetuadas aos sistemas informatizados da Receita Federal do Brasil, DIRF das fontes pagadoras, em 21/05/2018, confirmam a retenção do valor de R\$ 120.892,77 a título de IRRF, código de receita 3426 e 5273, sobre rendimentos tributáveis base para a retenção no valor de R\$592.060,68, referentes ao 4º trimestre de 2006, fl. 98/101.

Contudo, para o IRRF poder ser deduzido da base de cálculo do IRPJ ou da CSLL apurada no período, as receitas relacionadas devem compor a base de cálculo do imposto/contribuição, fato não ocorrido na presente situação, conforme já analisado no despacho decisório, sendo esse o motivo pelo qual o crédito não foi homologado para compensação dos débitos listados no PER/DCOMP.

A análise sobre a declaração das receitas foi aprofundada, ampliando o período para examinar anos anteriores por se tratar de receitas financeiras, porém sem sucesso, pois de fato não houve oferecimento à tributação das receitas informadas nas DIRF, conforme DIPJ apresentadas pela empresa.

Por outro lado, já em sede de petição recursal, a Recorrente sustenta que teria decaído o direito de a Fazenda Nacional para examinar, contestar, homologar ou retificar as informações apostas pela Recorrente em sua declaração fiscal, seja no que se refere aos créditos constituídos, seja no que se refere aos débitos confessados, os valores lá constantes tornam-se líquidos e certos, por força do que prescreve o art. 150, §4º do CTN.

Contudo, em se tratando de pedido de compensação, a matéria está devidamente tratada pelo art. 74 da Lei n. 9.430/96:

Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições

administrados por aquele Órgão. [\(Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002\)](#) [\(Vide Decreto nº 7.212, de 2010\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 608, de 2013\)](#) [\(Vide Lei nº 12.838, de 2013\)](#)

(...)

§ 5o O prazo para homologação da compensação declarada pela sujeito passivo será de 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da declaração de compensação. [\(Redação dada pela Lei nº 10.833, de 2003\)](#)

No caso, a declaração foi entregue em 27 de agosto de 2009:

05.217.061/0001-29	Página 1
<b>Dados Iniciais</b>	
Nome Empresarial: SOCIEDADE INDEPENDENCIA IMÓVEIS S/A	
Seqüencial: 003	
Data de Criação: 27/08/2009	
PER/DCOMP Retificador: SIM	Número do PER/DCOMP Retificado: 13012.15895.231007.1.3.02-3014
Optante Refis: NÃO	Data de Opção:
Optante Paes: NÃO	Data de Opção:
Qualificação do Contribuinte: Outra Qualificação	
Pessoa Jurídica Extinta por Liquidação Voluntária: NÃO	
Tipo de Documento: Declaração de Compensação	
Tipo de Crédito: Saldo Negativo de IRPJ	
Crédito oriundo de Ação Judicial: NÃO	
O CRÉDITO, perfeitamente identificado no presente documento eletrônico, TEM como fundamento a alegação de inconstitucionalidade de lei que não tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade ou em ação declaratória de constitucionalidade, nem tenha tido sua execução suspensa pelo Senado Federal? NÃO	

De outro lado, o despacho decisório foi emitido em 09 de setembro de 2011:



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
DRF JUIZ DE FORA

**DESPACHO DECISÓRIO**

Nº de Rastreamento: 952425760

DATA DE EMISSÃO: 09/09/2011

**1-SUJEITO PASSIVO/INTERESSADO**

CNPJ 05.217.061/0001-29	NOME EMPRESARIAL SOCIEDADE INDEPENDENCIA IMOVEIS S/A
----------------------------	---

**2-IDENTIFICADOR DO PER/DCOMP**

PER/DCOMP COM DEMONSTRATIVO DE CRÉDITO	PERÍODO DE APURAÇÃO DO CRÉDITO	TIPO DE CRÉDITO	Nº DO PROCESSO DE CRÉDITO
09002.96991.270809.1.7.02-8716	4o. trimestre de 2006 - 01/10/2006 a 31/12/2006	Saldo negativo de IRPJ	10640-904.680/2011-11

**3-FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL**

Analizadas as informações prestadas no documento acima identificado e considerando que a soma das parcelas de composição do crédito informadas no PER/DCOMP deve ser suficiente para comprovar a quitação do imposto devido e a apuração do saldo negativo, verificou-se:

PARCELAS DE COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO INFORMADAS NO PER/DCOMP						
PARC.CRÉDITO	IR EXTERIOR	RETENÇÕES FONTE	PAGAMENTOS	ESTIM.COMP.SMPA	ESTIM.PARCELADAS	SOMA PARC.CRED.
PER/DCOMP	0,00	120.892,77	0,00	0,00	0,00	120.892,77
CONFIRMADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor original do saldo negativo informado no PER/DCOMP com demonstrativo de crédito: R\$ 120.892,77 Valor na DIPJ: R\$ 120.892,77  
Somatório das parcelas de composição do crédito na DIPJ: R\$ 120.892,77  
IRPJ devido: R\$ 0,00  
Valor do saldo negativo disponível (Parcelas confirmadas limitado ao somatório das parcelas na DIPJ) - (IRPJ devido) limitado ao menor valor entre saldo negativo DIPJ e PER/DCOMP, observado que quando este cálculo resultar negativo, o valor será zero.  
Valor do saldo negativo disponível: R\$ 0,00

Diante do exposto, NÃO HOMOLOGO a compensação declarada nos seguintes PER/DCOMP:  
09002.96991.270809.1.7.02-8716 13510.16795.030210.1.3.02-4364  
Valor devedor consolidado, correspondente aos débitos indivisivelmente compensados, para pagamento até 30/09/2011.

PRINCIPAL	MULTA	JURCS
131.055,90	26.211,15	53.502,27

Para informações sobre a análise de crédito, verificação de valores devedores e emissão de DARF, consultar o endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br), menu "Onde Encontrar", opção "PER/DCOMP - Despacho Decisório".  
Enquadramento Legal: Art. 158 da Lei nº 5.172, de 1996 (Código Tributário Nacional); Inciso II do Parágrafo 1º do art. 6º da Lei 9.430, de 1995; Art. 4º da IN RFB 900, de 2008; Art. 74 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Vê-se, portanto, que não há que se falar em decadência no caso concreto em que a unidade de origem proferiu o despacho decisório dentro do prazo legal.

Ademais, não serve o art. 150 do CTN para disciplinar a questão em debate, pois se restringe à homologação de lançamento, nada tendo que ver com o pedido de compensação.

Ante o exposto, CONHEÇO do Recurso para NEGAR-LHE PROVIMENTO.

## Conclusão

Importa registrar que, nos autos em exame, a situação fática e jurídica encontra correspondência com a verificada na decisão paradigma, de sorte que as razões de decidir nela

consignadas são aqui adotadas, não obstante os dados específicos do processo paradigma eventualmente citados neste voto.

Dessa forma, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 47 do Anexo II do RICARF, reproduz-se o decidido no acórdão paradigma, no sentido de negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Neudson Cavalcante Albuquerque – Presidente Redator